

nalmente, 1939. Durante seis anos, em Fernando de Noronha e na Ilha Grande, até a anistia de abril de 1945, o militante comunista viveu nos cárceres do Estado Novo. Depois disso, veio o período de destacada atuação na Assembléia Constituinte (Marighella foi eleito deputado pela Bahia com um terço dos votos dados aos comunistas no Estado), a cassação do mandato, a tenaz atuação partidária semiclandestina como alto dirigente em São Paulo, a viagem à China em 1953 e 1954, o impacto da revelação dos crimes de Stalin, em 1956.

Os fatídicos anos 60 se abrem com a integral dedicação à militância e à luta interna no PCB até o golpe e a prisão subsequente e a volta à liberdade, graças aos mecanismos liberais ainda vigentes. O imediato pós-golpe de 64 aparece como um turbilhão de acontecimen-

tos, um tempo que não deixou tempo para sentimentos de medo. Em sucessivos textos, encontros e declarações, Marighella engrossa e fortalece as legiões de dissidentes do PCB. Em dezembro de 1966, desliga-se da Comissão Executiva e em agosto de 1967 vai à reunião da Olas em Havana, onde fica sabendo que fora expulso do partido. Volta ao Brasil decidido a criar um agrupamento revolucionário que evitasse a inflexibilidade e morosidade dos partidos comunistas: surge o embrião da ALN. Mas não convém relatar em detalhe o conteúdo dessas páginas finais. Convido o leitor a trilhar ele mesmo o percurso que, fechando o círculo inexorável do destino, leva de volta aos instantes finais de Marighella. Completa-se a longa viagem. Embora trágica, uma bela e digna viagem.

Antonio Carlos Mazzeo

Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 2ª ed. (revista) São Paulo: Cortez Editora, 1997 — 144 páginas.
Marcos Del Roio (Professor de Ciência Política da FFC-Unesp, Marília)

A reedição desse livro de Antonio Carlos Mazzeo, numa corajosa e elogiável iniciativa da Cortez Editora, é muito bem vinda, até para evidenciar ainda uma vez a atual carência de debate sobre a origem e a natureza da formação social brasileira. E isso precisamente no momento em que os “clérigos” das sempre mesmas classes dirigentes da nova ordem liberal, se preparam para o espetáculo de exaltação do início do sexto século de uma nação que nunca se fez enquanto tal.

Creio que a marginalização do tema da origem e da natureza da dominação de classe no Brasil é devida a pelo menos dois elementos interligados: um, a imposição de uma hegemonia liberal que se pretende inserida na ordem imperial global do capital e que prescinde de um horizonte político-cultural, atendo-se a falsa universalidade do mercado; dois, a convicção de que essa é uma questão suficientemente resolvida ou mesmo superada. Creio ainda que essa segunda proposição não pode ser dissociada da

derrota cultural do marxismo e sua falta de perspectiva histórica revolucionária, no momento que se descortina a globalização do capital.

Por seus méritos e possíveis insuficiências, o livro de Antonio Carlos Mazzeo está aí para lembrar-nos da necessidade de disputar a identidade e o futuro do Brasil com multisseculares classes dirigentes deste país. Para recordar que o conhecimento científico do movimento do real é o fundamento de uma ação política transformadora desse mesmo real. Por esses mesmos motivos esse pequeno livro, na circunstância em que é republicado, serve também como meio de contraposição a uma certa historiografia despolitizada que só faz afiançar o atual estado de coisas.

O trabalho de Antonio Carlos Mazzeo — apresentado como dissertação de mestrado em Sociologia na USP em 1986 — pode ser visto como um produto tardio de um debate que foi muito rico no interior da universidade na década de 70 e início da década seguinte, embora com raízes solidamente fincadas na conjuntura política e teórica localizada em torno da ruptura institucional de 1964 e da derrota das esquerdas. A característica de fundo dessa discussão foi a busca de hipóteses explicativas alternativas àquela identificada na chamada tradição terceiro-internacionalista, na qual, sem qualquer mediação ou dúvida cabível, foi jogada a extensa obra de Nelson Werneck Sodré (numa injustiça histórica que está tardando a ser sanada). Essa tradição, como se sabe, identificava a presença de aspectos feudais na formação social brasileira, os quais, na marcha da revolução democrática burguesa deveriam ser eliminados pela ação convergente das forças nacional-populares, incluídas aí parcelas da burguesia.

O ponto de partida para a fundamentação dessa crítica e da busca de alternativas explicativas para a compreensão da gênese e natureza da formação social brasileira foi encontrado na obra de Caio Prado Jr. Como se sabe, para o historiador paulista, a particularidade da formação brasileira era localizável na sua origem como empreendimento mercantil lusitano voltado para o mercado europeu. O Brasil seria desde sempre uma grande empresa mercantil capitalista que, em busca de lucros exorbitantes, via-se na contingência de apelar para relações de trabalho escravistas. Nessa leitura, o tema da revolução enquanto processo de tomada do poder político se esvanecia, pois, no Brasil tratava-se de superar as sobrevivências das relações escravistas de trabalho e *atualizar* o capitalismo, lutando por aquilo que o atual senso comum de certa esquerda chama de *cidadania*. Embora não seja esse o local a adequado para essa discussão, parece-me inegável a proximidade da visão histórico-política de Caio Prado Jr. com certas proposições reformistas da Segunda Internacional, um particular economicismo e o entendimento da revolução como algo que ocorre mas não se faz.

De todo modo a concepção de Caio Prado Jr. foi explicitamente retomada na busca de novas luzes para a interpretação da realidade brasileira por autores que atingiram uma influência significativa como os casos de Fernando Novaes e João Manoel Cardoso de Mello. Para esses, o Brasil na sua gênese se confundia com uma empresa mercantil inserida no antigo sistema colonial. Não é também o caso de discutir a falta de rigor conceitual da importante tese (e livro) de Novaes, mas sim de reconhecer que essa interpretação se tornou hoje hegemônica na academia e em círculos culturais mais amplos.

Tanto que essa visão foi incorporada e enriquecida por autores mais claramente identificados com a tradição marxista, como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Werneck Vianna, com a proposição da categoria de origem leniniana da “via prussiana” para explicar o desenvolvimento capitalista e a origem do Brasil moderno. Ao contrário de Caio Prado Jr. que dava pesada ênfase no arcaísmo presente no Brasil, todos esses autores enfatizavam a modernidade capitalista e suas potencialidades, decorrendo daí a perspectiva política da necessidade de amplas alianças para a construção da democracia, ainda dentro dos marcos do capitalismo.

Quase que em paralelo foi se conformando uma nova hipótese alternativa de explicação da formação social brasileira. Por obra de Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Décio Saes chegou-se a uma elaboração teórica que percebia no Brasil a existência de um particular modo de produção gerado pela expansão européia: o escravismo colonial. À parte a dificuldade em se explicar o nexo com o mercado mundial, poder-se-ia questionar, entre outras coisas, se há algum limite lógico e histórico para a conformação de novos modos de produção. Mas como, mais uma vez, essa não é questão para ser respondida em poucas palavras, o objetivo é apenas localizar o contexto do livro de Antonio Carlos Mazzeo e os interlocutores que ele não se esquivava de estabelecer.

Mazzeo se insere numa certa leitura da obra de Caio Prado Jr., presente desde os anos 60, que observa a revolução como sendo inevitavelmente de caráter socialista, num país que esta inserido desde sua gênese na dialética do mercado mundial do capitalismo. Ou seja, é

uma leitura que inverte Caio Prado Jr. da “direita” para a “esquerda”. No entanto, o texto de Antonio Carlos Mazzeo tem como referências teóricas importantes José Chasin e Florestan Fernandes, muito particularmente no que tange a tese central do livro que afirma existir no Brasil uma autocracia burguesa. Para esses autores, em busca de uma explicação da natureza da ditadura militar de 1964, havia se configurado uma autocracia em função da gênese colonial do capitalismo brasileiro, contra a qual a burguesia, estruturalmente determinada, não pode romper. Em decorrência dessa análise, a democracia no Brasil só poderia emergir em função da ação das massas trabalhadoras, de modo que o regime que se desdobrou da chamada “transição”, nada mais seria que a institucionalização da autocracia burguesa.

O objetivo de Mazzeo é precisamente buscar a gênese ontológica dessa autocracia no período colonial, preocupando-se com a questão do Estado que emerge nesse processo. Para tal utiliza o instrumental teórico-metodológico fornecido pelo último Lukács. Defendendo a natureza capitalista das formações sociais coloniais e debatendo com as explicações alternativas, Mazzeo busca estabelecer a particularidade histórica do Estado brasileiro. A conclusão de Mazzeo é que a autocracia burguesa no Brasil é decorrência da “via colonial” do desenvolvimento capitalista, segundo a hipótese aventada por Chasin.

Mas a “via colonial” incorpora também aspectos da “via prussiana” (vista como particularidade histórica do desenvolvimento capitalista na Alemanha), podendo então, num esforço maior de concretização, ser qualificada como “via prussiano-colonial”, que se manifesta

num regime político bonapartista e cuja finalidade é a manutenção do nexo colonial e autocrático. Não deixa de ser frustrante, porém, o fato do livro de Antonio Carlos Mazzeo se deter cronologicamente no período imediatamente posterior à formação do Estado brasilei-

ro, ainda na primeira metade do século XIX. Essa observação talvez sugira que o título original do trabalho que se referia à gênese da autocracia burguesa no Brasil fosse mais condizente com o conteúdo, do que o nome estampado na capa do livro.

Raul K. M. Carrion e Paulo G. Fagundes Vizentini (orgs.)

Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Prefeitura de Porto Alegre/Cedesp/RS
Mauricio C. Coutinho (Professor do Instituto de Economia da Unicamp.)

Globalização, neoliberalismo, privatizações reúne os 22 ensaios apresentados a um seminário sobre o significado e as aplicações da moderna política liberal, realizado em Porto Alegre em julho de 1997. Além da introdução, de Paulo Vizentini, as contribuições estão agrupadas em quatro grandes áreas temáticas, sendo a primeira propriamente conceitual. As demais áreas incluem relatos de experiências nacionais liberais, uma discussão sobre aspectos das políticas liberalizantes no Brasil, além de uma apresentação específica sobre globalização e políticas agrárias.

O propósito do livro é o de propor ao leitor não especializado nos diversos aspectos das políticas liberais uma espécie de pano de fundo organizado para o entendimento das transformações do mundo moderno. E, já que globalização e neoliberalismo, em especial, constituem vocábulos-chave na argumentação ideológica contemporânea, um dos objetivos

da coletânea é o de fornecer uma espécie de antídoto ideológico de médio alcance: ilustrado e acessível a um leitor culto, politizado e sem treinamento acadêmico específico nas diversas áreas.

Embora a coletânea seja desigual — há ensaios muito bons e outros nem tanto — pode-se dizer que os objetivos dos organizadores foram cumpridos, particularmente porque as contribuições do primeiro segmento (*A globalização, o neoliberalismo e o sistema financeiro internacional*) assumem a árdua e necessária tarefa de “começar pelo princípio”, ou seja, explicar o significado de temas tão genéricos e esvaziados quanto globalização e neoliberalismo. As questões cruciais são exatamente estas: em quais aspectos a moderna globalização é distinta da velha experiência econômica internacional do capitalismo? o que de fato são políticas neoliberais? As respostas são exitosas, a meu juízo, porque os autores, ao invés de insistirem na conhecida (e verdadeira)

ROIO, Marcos Del. Resenha de: MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez Editora, 1997, 144 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.142-145.

Palavras-chave: Estado; Burguesia brasileira; Autocracia; Formação Social Brasileira.